



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2023170277 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 3ª Vara da Comarca de Sousa, requisitando pagamento de honorários em favor de ALISSON BARRETO FERNANDES, para realização de perícia no processo n. 0808031-67.2022.8.15.0371, movido pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA, em face de EULINISE FERNANDES CAMPELO.

Data da Autuação: 17/11/2023

Parte: Alisson Barreto Fernandes e outros(1)



Número: **0808031-67.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **29/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (REQUERENTE)			
Eulinise Fernandes Campelo (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
68220825	25/01/2023 08:44	Decisão	Decisão
73258855	15/05/2023 11:40	Termo de Audiência	Termo de Audiência
80891269	19/10/2023 11:37	Ofício (Outros)	Ofício (Outros)



Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Sousa

INTERDIÇÃO (58) 0808031-67.2022.8.15.0371

DECISÃO

O Ministério Público ingressou com Ação de Interdição e Curatela em face de Eulinise Fernandes Campelo, também qualificado(a), tendo pleiteado a curatela provisória, indicando para o seu exercício Maria da Conceição de Andrade Alves, que possui laços de afetividade com o(a) interditando(a).

Afirma que o(a) interditando(a) não possui aptidão mental e a pessoa indicada para exercer a curatela é aquela melhor atende os interesses do(a) incapaz.

Diz, ainda, que o(a) interditando(a) necessita de representação para defesa de seus interesses.

Juntou procedimento administrativo extrajudicial de nº 046.2022.003172.



É o breve relatório. Decido.

O pedido de curatela provisória, medida que merece bastante ponderação por implicar (numa cognição sumária) em subtrair do indivíduo interdito a plena capacidade de administrar seu patrimônio ou renda, fica indeferido, uma vez que, apesar do atestado médico colacionado aos autos informar que o(a) interditando(a) é portador(a) de deficiência mental/intelectual com possível comprometimento de discernimento ou vontade, não há patrimônio ou renda atual cuja titularidade seja atribuída ao interditando, pois que o benefício previdenciário/assistencial que poderia demandar gerenciamento (questão a que ficou restrita a curatela na perspectiva trazida pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência) fora suspenso, conforme consta em relatório circunstanciado de ID 66248309, devido ao uso indevido de crédito e juros abusivos, bem como o patrimônio mencionado não restou comprovado.

Por fim, registre-se que a medida não é irreversível, possui caráter precário e pode ser revista a qualquer tempo.

Agende-se audiência de entrevista de acordo com a disponibilidade de pauta.

Cite-se a(o) interditanda(o), constando do mandado que o(a) mesmo(a) poderá impugnar o pedido, através de advogado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da audiência acima a ser designada.

Certifique o cartório se constam outras ações ativas e/ou arquivadas de interdição em face do(a) interditando(a).



Intimações necessárias.

Sousa-PB, 24 de janeiro de 2023.

Natan Figueredo Oliveira

Juiz de direito em substituição



Poder Judiciário da Paraíba



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 15/05/2023 11:40:09
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23051511400927100000069054398>
Número do documento: 23051511400927100000069054398

Num. 73258855 - P 1

Documento 1 página 5 assinado, do processo nº 2023170277, nos termos da Lei 11.419. ADME.51869.20682.20071.08423-5
José Riido de Figueiredo [568.440.934-20] em 17/11/2023 10:43

3ª Vara Mista de Sousa
Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725
SOUSA
()

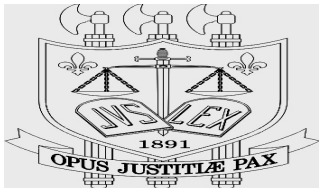
TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) quinze dia(s) do mês de maio do ano dois mil e vinte e três (15/05/2023), às 10h, teve lugar a audiência de entrevista, realizada nas dependências do Fórum José Mariz, onde presente se encontrava o Exmº. Dr. **BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA**, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Sousa, comigo, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor(a) de Gabinete de seu cargo, nos autos da Ação de Interdição, Proc. Nº 0808031-67.2022.8.15.0371, ajuizada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA** em face de **EULINISE FERNANDES CAMPELO**. Aos pregões de estilo, **compareceu(ram) e/ou estava(m) conectado(a)(s) o(a)(s) interditando(a)(s) acompanhando do (a) advogado(a) Maria Alexsandra Dantas Gonçalves Sena, OAB/PB 11. 022 e o(a) interessado(a) Maria da Conceição de Andrade Alves. Ausente(s)/desconectado(a)(s) o(a) Dr(a). FERNANDA PETTERSEN DE LUCENA**, Promotor(a) de Justiça e membro(s) da equipe interprofissional. **Aberta a audiência virtual, pelo MM Juiz foi dito:** O(A) representante do Ministério Público e a equipe interprofissional em exercício nesta unidade judiciária se encontra(m) no exercício de outras atribuições institucionais, o que impede as suas participações neste ato. Todavia, não se faz necessário o reagendamento da audiência de entrevista, pois que a presença do(a) Promotor(a) de Justiça e da equipe interprofissional não é indispensável a sua realização. Vejamos esta referência jurisprudencial: “O interrogatório da pessoa interditada é ato pessoal do juiz, que não admite a intervenção de patronos e fiscais, daí que não há nulidade pela ausência do Ministério Público na audiência de impressão pessoal” (RT 760/377). **Ato contínuo, o MM Juiz de Direito passou a proceder à entrevista do(a) interditando(a),** pelo método audiovisual (cf. mídia anexa). **Proseguindo, pelo MM Juiz de Direito foi dito:** A título de registro, para colaborar com o julgamento da causa, consigna-se interagiu razoavelmente com o magistrado, não sendo possível, aos olhos de um leigo, identificar falta/redução de discernimento. **Permaneçam** os autos em cartório pelo prazo de 15 (quinze) dias, aguardando apresentação de eventual impugnação (art. 752, caput, do CPC). **Decorrido o prazo sem impugnação,** fica de logo designada a Dra. Maria Aldevan Abrantes Fortunato, Assistente Jurídica da Defensoria Pública, para atuar na condição de curador(a) especial (art. 752, §2º, do CPC), a quem deve ser dada vista dos autos para oferecimento de impugnação no prazo legal. **Superada esta fase,** com base na Resolução TJPB nº 09/2017, nomeio Dr. Alisson Barreto Fernandes para realização da perícia nestes autos. Arbitro os honorários periciais em R\$ 370,00, conforme Ato da Presidência nº 43/2022. Requisite-se a reserva orçamentária ao TJPB. Com a reserva orçamentária, agende-se a perícia com o referido profissional, intimando-se o(a) interditante para comparecimento com o(a) interditando(a). Disponibilizado o laudo pelo perito, requisite-se ao TJPB o pagamento dos honorários periciais. Ciente o(s) presente(s)/conectado(a)(s) em/na audiência virtual. **E, nada mais havendo a tratar, mandou o MM Juiz de Direito encerrar este termo que, lido e achado conforme, e dada a**



impossibilidade de assinatura pelo(a)(s) outro(a)(s) participante(s) em razão da realização do ato por videoconferência, vai devidamente assinado eletronicamente pelo(a) magistrado(a). Eu, Maria Andreyna Gonçalves da Silva, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor de Gabinete, o digitei.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete ou **perito**, sendo nomeado conforme despacho/decisão ID , venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados no processo adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho Id

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0808031-67.2022.8.15.0371**

1.1.2 Natureza da ação: **INTERDIÇÃO (58)**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **JUÍZO DA 3A VARA MISTA DE SOUSA - PB**



1.1.4 Autor (es): **REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA**, CPF/CNPJ: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA(09.284.001/0001-80);**

1.1.5 Réu (s): **REQUERIDO: EULINISE FERNANDES CAMPELO**, CPF/CNPJ: **xxx.xxx.xxx-xx**

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (**x**) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (**X**) Finais

1.1.8 Valor arbitrado **R\$ 370,00(TREZENTOS E SETENTA REAIS)**

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: **ALISSON BARRETO FERNANDES**

1.2.2 Endereço: **RUA CEL JOSÉ AVELINO QUEIROGA, N° 517, CENTRO, POMBAL/PB, CEP 58840-000**

1.2.3 Telefone (s): **83-9 9942 4834**

1.2.4 CPF: **046.443.074-75**

1.2.5. Banco: **BANCO DO BRASIL** ; 1.2.6. Agência: **0151-1** ; 1.2.6 Conta: **64333-5**

1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **21290632482**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **CRM 7218 - RQE 6533**

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:



1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Sousa (PB), em 19 de outubro de 2023

MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS Analista/Técnico Judiciário Judiciário Assinatura eletrônica	Bernardo Antonio da Silva Lacerda Juiz de Direito 3ª Vara Mista de Sousa Assinatura eletrônica
--	---





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023170277

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com

Os presentes autos versam sobre requisição reserva orçamentária para pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM PB – sob nº 7218, nascido em 23/06/1982, para realização de perícia nos autos do processo nº 0808031-67.2022.8.15.0371, movido por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, CNPJ 09.284.001/0001-80, em face de EULINISE FERNANDES CAMPELO, CPF957.532.573-72, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de

pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Pelos documentos acostados aos autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, faltando, apenas, a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório, a fim de possibilitar o pagamento respectivo.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal - SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do perito Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, se encontra ativo.

Em razão do exposto, autorizado pelo inciso IV, § 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial, encaminhem-se os presentes autos à Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal – GEORC – para, havendo disponibilidade econômica financeira, proceder à reserva orçamentária, valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM PB – sob nº 7218, nascido em 23/06/1982, para realização de perícia nos autos do processo nº 0808031-67.2022.8.15.0371, movido por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, CNPJ 09.284.001/0001-80, em face de EULINISE FERNANDES CAMPELO, CPF957.532.573-72, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária do valor dos honorários solicitados, sejam os presentes devolvidos a esta Diretoria para aguardar a comprovação da entrega do laudo e subsequente pedido do pagamento respectivo.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor do presente despacho, mediante a remessa de cópia, que servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 20 de novembro de 2023

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



20/11/2023

Número: **0808031-67.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **29/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (REQUERENTE)			
Eulinise Fernandes Campelo (REQUERIDO)			MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
82411848	20/11/2023 14:34	Outros Documentos	Outros Documentos

Decisão que remeteu a Gerência de Programação Orçamentária – GEORC, o ADM - Processo nº 2023.170.277, requisitando a reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM PB – sob nº 7218, nascido em 23/06/1982, para realização de perícia nos autos do processo em referência.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo nº 2023170277

Interessado: Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico

Assunto: Requisição reserva orçamentária para pagamento de honorários periciais nos autos da Ação Nº 0808031-67.2022.8.15.0371,

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00– valor arbitrado nos termos de fls.10.

Informação Orçamentária

Atendendo despacho anterior, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação poderá, a critério da Direção Superior desta Corte de Justiça, após os procedimentos administrativos que se fizerem necessários, ocorrer por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI nº 12.561 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023**, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. de Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc. Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas.	760

* Reservas nºs. 1861 e 1862

GEORC, em João Pessoa, 21 de Novembro de 2023

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.170.277

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com

À Gerência de Programação Orçamentária para atualizar informação de fl. 16, relativamente à reserva orçamentária para o corrente exercício.

Gabinete do Diretor Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 08 de janeiro de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo nº 2023170277

Interessado: Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico

Assunto: Requisição de reserva orçamentária para pagamento de honorários periciais nos autos da Ação Nº 0808031-67.2022.8.15.0371.

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00 – valor arbitrado nos termos de fls.10

Informação Orçamentária

Trata os presentes autos acerca da solicitação de reserva orçamentária para pagamento de honorários periciais, em favor do perito nomeado: **Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico** determinada nos atos do processo: **0808031-67.2022.8.15.0371**,

Em atendimento ao despacho retro, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação, ocorrerá por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI Nº 13.041, DE 15 DE JANEIRO DE 2024, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:**

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc.Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas	760

*Reservas n.º 15 e 17

GEORC, em João Pessoa, 22 de janeiro de 2024

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente



22/03/2024

Número: **0808031-67.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **29/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (REQUERENTE)			
MARIA DA CONCEICAO DE ANDRADE ALVES (REQUERENTE)			MARIA ALEXSANDRA DANTAS GONCALVES SENA registrado(a) civilmente como MARIA ALEXSANDRA DANTAS (ADVOGADO)
Eulinise Fernandes Campelo (REQUERIDO)			MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
87085794	13/03/2024 08:24	0808031-67.2022- Laudo	Laudo Pericial



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SOUSA

JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA

(Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Bairro Raquel Gadelha,

(83) 3522-6601 - Whatsapp (83) 99143-3318 e-mail sou-vmis03@tjpb.jus.br

TERMO DE COMPROMISSO

Interdição nº **0808031-67.2022.8.15.0371**

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e quatro (26/01/2024), nesta cidade de Sousa-PB, no Fórum local, perante o Exmº Dr. Agílio Tomaz Marques, Juiz de Direito em substituição da 3ª Vara, comigo Analista Judiciário, abaixo assinado, sendo aí compareceu o(a) Dr. Alisson Barreto Fernandes, exercendo atividades no CENTRAL MÉDIC, sito à Rua: Deocleciano Pires, 12, Centro, Sousa-PB (em frente à Praça Bom Jesus), a quem o MM. Juiz deferiu o compromisso legal de desempenhar o cargo de PERITO(A) nos autos da Ação de Interdição nº **0808031-67.2022.8.15.0371**, com a finalidade de realizar exame no(a) interditando(a) **EULINISE FERNANDES CAMPELO**, CPF:957.532.573-72. Aceito o compromisso que prometeu cumprir, determinou o MM. Juiz fosse lavrado o presente termo que lido e achado conforme, segue devidamente assinado de forma eletrônica pelo Dr. Agílio Tomaz Marques, Juiz de Direito em substituição e por Maria Edna Fernandes Medeiros, Analista Judiciária, Matrícula 469.114-8..

Agílio Tomaz Marques

Juiz de Direito em substituição

(assinatura eletrônica)


Dr. Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 7216 RQE 6533
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria
Médico

(Assinatura e Carimbo/CRM)

AÇÃO: INTERDIÇÃO PROCESSO Nº **0808031-67.2022.8.15.0371**

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA

INTERDITANDO(A): EULINISE FERNANDES CAMPELO



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 26/01/2024 15:30:35

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24012615303527400000079754031>
Número do documento: 24012615303527400000079754031

Num. 84796020 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 13/03/2024 08:24:29

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24031308242843000000081876346>
Número do documento: 24031308242843000000081876346

Num. 87085794 - Pág. 1

Documento 7 página 2 assinado, do processo nº 2023170277, nos termos da Lei 11.419. ADME.51407.69741.11171.00198-7
Liciana Maria Milanez Guimaraes [768.654.104-59] em 22/03/2024 10:39

REQUISITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA

QUESITOS

INTERDITANDO(A):

EULINISE FERNANDES CAPELO 48 ANOS

1. O(A) INTERDITANDO(A) É PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL INTELLECTUAL OU SENSORIAL, DE CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE?

R: É PORTADOR DE ESQUIZOFRENIA PARANOICA DOENÇA INURÁVEL, GRAVE E INAPACITANTE

2. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUAL O SISTEMA ORGÂNICO COMPROMETIDO, SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HA DEFICIÊNCIA FÍSICA

3. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HA DEFICIÊNCIA SENSORIAL

4. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HA DEFICIÊNCIA DA DOENÇA MENTAL GRAVE E INAPACITANTE, A ESQUIZOFRENIA DO TIPO PARANOICA

5. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA MENTAL, CUIDA-SE DE RETARDO MENTAL OU DE OUTROS QUADROS PSICOPATOLÓGICOS, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HA DEFICIÊNCIA MENTAL, DOENÇA MENTAL GRAVE E INAPACITANTE, ESQUIZOFRENIA PARANOICA CID-10 F20.0

6. QUAL O GRAU DA DEFICIÊNCIA INDICADA?

R: A INAPACIDADE GERADA PELA DOENÇA MENTAL EM QUESTÃO É GRAVE.

7. A DEFICIÊNCIA INDICADA COMPROMETE A MANIFESTAÇÃO DE VONTADE OU CAUSA PREJUÍZO AO DISCERNIMENTO, NOTADAMENTE PARA A PRÁTICA DE ATOS DE NATUREZA PATRIMONIAL OU NEGOCIAL?

R: SIM DURANTE AS CRISES HA RUPTURA COM A REALIDADE E TOTAL O FOMENTO DO DISCERNIMENTO

8. APRESENTE O PERITO OS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE REPUTE NECESSÁRIOS.

Sousa: 0803/24 A ESQUIZOFRENIA É UMA DOENÇA GRAVE E INURÁVEL. DURANTE AS CRISES, HA RUPTURA COM A REALIDADE, TENDO ELÍCIAS E ALUCINAÇÕES. PORTANTO, HA TOTAL COMPROMETIMENTO DO DISCERNIMENTO.

MÉDICO

(Assinatura e Carimbo/CRM)

Dr. Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 218/BOE 6533
Título da Associação Brasileira de Psiquiatria



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 26/01/2024 15:30:35
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2401261530352749754031>
Número do documento: 24012615303527400000079754031

Num. 84796020 - Pág. 1



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023170277

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Tratam os presentes autos, neste momento, de pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75 com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0808031-67.2022.8.15.0371, movido por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, CNPJ 09.284.001/0001-80, em face de EULINISE FERNANDES CAMPELO, CPF957.532.573- 72, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada reserva orçamentária, para o corrente exercício, conforme faz certo a informação de fl. 18, foi trazido para os presentes autos, por esta Diretoria, o Laudo pericial de fls. 19/21.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75 com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0808031-67.2022.8.15.0371, movido por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, CNPJ 09.284.001/0001-80, em face de EULINISE FERNANDES CAMPELO, CPF957.532.573-72, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/64, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 22 de março de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



22/03/2024

Número: **0808031-67.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **29/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (REQUERENTE)			
MARIA DA CONCEICAO DE ANDRADE ALVES (REQUERENTE)			MARIA ALEXSANDRA DANTAS GONCALVES SENA registrado(a) civilmente como MARIA ALEXSANDRA DANTAS (ADVOGADO)
Eulinise Fernandes Campelo (REQUERIDO)			MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
87637175	22/03/2024 12:11	Outros Documentos	Outros Documentos

Decisão lançada no ADM nº 2023170277 – requisição de pagamento de honorários periciais, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, pela realização de perícia nos autos da ação em referência.

